



ANEXO IX

DIRETRIZES AMBIENTAIS PARA A IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES VAPT-VUPT

I – INTRODUÇÃO

Em análise à legislação ambiental para averiguar se os serviços e atividades desenvolvidos nas UNIDADES VAPT VUPT demandam algum tipo de licenciamento, como forma de fornecer algumas diretrizes para o licenciamento ambiental dos empreendimentos, conforme determina o artigo 10, inciso VII, da Lei de PPP, percebe-se a ausência de necessidade de licenciamento ambiental prévio¹.

Embora se reconheça a desnecessidade do licenciamento ambiental prévio, alguns cuidados com o meio ambiente mostram-se aconselháveis quando da implantação e operação das unidades, podendo, em alguns casos, redundar na efetiva necessidade de licenciamento posterior, a ser empreendido pela CONCESSIONÁRIA.

Diante destas circunstâncias, a despeito da grande probabilidade de que nenhuma das UNIDADES VAPT VUPT necessite de qualquer forma de autorização ou licenciamento ambiental, indica-se à CONCESSIONÁRIA que, previamente à instalação do empreendimento em cada Município, consulte o órgão competente para a confirmação da dispensa em menção.

Vale ressaltar, neste aspecto, que no caso de a licitação para a implantação, manutenção, operação e gestão das UNIDADES VAPT VUPT, tem-se pela impossibilidade de obtenção de licenciamento ambiental prévio, tendo em vista que a localização de alguns postos, bem como seu dimensionamento e estrutura final somente serão conhecidos após a escolha do concorrente vencedor.

Nesse contexto, fizemos um levantamento da legislação ambiental aplicável nos municípios onde serão implantadas as Unidades Vapt Vupt, haja vista a competência dos mesmos nos processos de licenciamento ambiental.

No Município de Fortaleza, para a construção e operação do posto que prestará os serviços VAPT VUPT, os responsáveis deverão procurar a Secretaria do Meio Ambiente e Controle Urbano (SEMAM) para obtenção do Alvará de Construção e da Licença Ambiental.

Além disso, a obra deverá ter o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e a empresa geradora deverá estar cadastrada no Cadastro das Empresas Geradoras de Resíduos da Construção Civil, perante a SEMAM.

¹ Inciso VII do art. 10 da Lei Estadual nº 14.391/2009 e inciso VII do art. 10 da Lei Federal nº 11.079/2004 para as hipóteses em que o objeto do contrato de Parceria Público-Privada o exigir.
CPN N.º 20120002 – SEJUS



No município de Sobral, os empreendedores deverão procurar a Secretaria do Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SPLAM) visando à obtenção do Alvará de Construção².

Quanto ao município de Juazeiro do Norte, a Lei Complementar nº 10, de 19 de maio de 2006, estabelece ser necessário obter a Licença para Funcionamento junto à Prefeitura Municipal. Neste caso a ser procurado é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos (SEMASP).

Eventuais determinações ambientais oriundas dos Municípios onde serão instaladas as UNIDADES VAPT VUPT não mencionadas neste anexo não simbolizam a assunção pelo PODER CONCEDENTE de qualquer responsabilidade pela sua consecução, cabendo sua realização e observância à CONCESSIONÁRIA.

² Não encontramos qualquer menção a licença ambiental para a construção, mas a licença ambiental é exigida para demolição. Não obstante, faz-se necessário consultar formalmente o órgão ambiental municipal para averiguar a questão.

CPN N.º 20120002 – SEJUS